EDUCAÇÃO INCLUSIVA E NOVA LINGUAGEM CURRICULAR

Roberto Gilonna Júnior Dalmir Pacheco

INTRODUÇÃO

O relevante papel da Educação no desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades amplia-se ainda mais no despertar desse novo milênio e aponta para a necessidade de se construir um currículo voltado para a inclusão de Pessoas com Deficiência – PcD, como cidadãos responsáveis e participativos. Vive-se numa época marcada pela competição, onde os progressos científicos e tecnológicos definem o futuro das pessoas no mundo do trabalho. Tal demanda leva a pensar na inserção dos alunos com qualquer deficiência no ensino comum. De que forma vem acontecendo à inclusão educacional diante deste contexto?

O pensar pedagógico ante a Educação Especial e sobre tudo a inclusão, leva aos diversos questionamentos. Entende-se, contudo, que a Educação Especial não é mais concebida como um sistema educacional paralelo, mas como um conjunto de medidas que a escola comum põe a serviço de uma resposta adaptada à diversidade dos alunos.

Segundo Leontiev (1978), neste cenário, surge a necessidade de se pensar num currículo, onde estejam implícitas as adaptações curriculares que são consideradas estratégias e os critérios de atuação dos docentes nesta interligação do deficiente com o mundo acadêmico, admitindo decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às necessidades particulares de cada um.

A implementação da Educação Inclusiva não é tarefa fácil (CANDAU, 2001), pois o professor precisa garantir o aprendizado dos demais, no âmbito das atividades diárias da sala de aula e do planejamento para esta turma. As adaptações curriculares propriamente ditas, no processo de inclusão do deficiente, são objetos das discussões, pois se sabe que a realização destas, é o caminho para o atendimento das necessidades específicas de aprendizagem dos alunos.

Neste diasapão de observação há a nova formatação de currículo para PcD, a linguagem curricular na conjuntura da educação e aplicação de novas dinâmicas curriculares para PcD, compreendendo a aplicabilidade do currículo adaptado e suas flexibilizações no Projeto Curupira, para os alunos deficientes inclusos no ensino comum da rede pública, com o propósito de estimular o processo de uma aprendizagem significativa. Vale destacar a

importância do professor enquanto mediador da aprendizagem no contexto da escola inclusiva, assim como discutir conceitos e metodologias a serem utilizados pelo docente a fim de fundamentar sua prática pedagógica.

O Projeto Curupira e a formatação curricular

O Projeto Curupira foi criado em 2007 com o objetivo de promover a Acessibilidade no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, perseguindo mudanças nas barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacional e pedagógica.

Como foco de resultados, promove ações de sensibilização, interação, e valorização das Pessoas com Deficiência, junto à comunidade do IFAM; orienta, pedagógica e psicologicamente, professores e técnicos desta Instituição Federal de Ensino Superior, no que se refere ao atendimento de Pessoas com Deficiência; e Incentiva, junto aos graduandos dos cursos superiores do IFAM e outras instituições acadêmicas, o desenvolvimento de instrumentos didáticos e a busca de soluções arquitetônicas que promovam a acessibilidade, a mobilidade e a integração da Pessoa com Deficiência.

O Projeto contempla um rol de possibilidades em inclusão como informática básica, intermediária e avançada, LIBRAS básica, intermediária e avançada, soldagem voltado para homens e mulheres para iniciar nos caminhos da tecnologia de soldagem. Também abrange softwares inclusivos em seis módulos, voltados para pessoas com deficiência visual e que desejam trabalhar na área de informática.

O Curupira mantêm um Banco de Recursos Humanos Acessível, projeto do Governo Federal desenvolvido pela Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (RENAPI). Promove a empregabilidade dos profissionais com deficiência no mercado formal no Amazonas, visando o cumprimento da Lei 8.213 de 24 de julho de 1991, chamada Lei de Cotas.

Veredas curriculares

A tabela que se segue (Tabela 1) apresenta as veredas curriculares do Projeto Curupira enquanto canal de acessibilidade. Estas referem-se ao nome dado a cada parte de atuação e sua função na cadeia curricular de apoio social à Pessoa com Deficiência - PcD.

Tabela 1: Projetos de Inclusão do Curupira

Modelo	Função
Projeto Curupira	Promoção de Acessibilidade da Pessoa com DeficiÊncia - PcD
Projeto Arumã	Curso de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/capacitação de docentes

Projeto Tupã	Porgrama de Educação Inlcusiva
Projeto Apoema	Suporte em Tecnologia Assistiva
Projeto Tapiri	Assessoria empresarial de apoio a empregabilidade

Curupira e Acessibilidade

O modelo curricular desenvolvido pelo Curupira dá o *start* introdutório à Pessoa com Deficiência para sua entrada no mundo acadêmico e no mercado de trabalho. Neste projeto, as PcDs são levadas a aprenderem sobre diversas informações a respeito de vida e conduta social, até a sua qualificação e preparação para o mercado de trabalho.

Arumã e a capacitação dos docentes

O modelo Arumã nasce com a preocupação de qualificar e preparar o profissional docente para sua atividade em sala de aula. Tem como propósito a promoção de uma educação de qualidade, sensibilizadora e inclusiva, por meio da habilitação de professores da Educação Básica em práticas e estratégias de adequação ao processo de ensino e aprendizagem nas classes comuns, para o atendimento a Pessoas com Deficiência (PCDs).

Tupã e seu apoio ao Arumã

O Projeto Tupã reforça a metodologia de apoio ao Arumã em Educação Inclusiva e tem como objetivo capacitar servidores, docentes e técnicos administrativos do IFAM, bem como profissionais da rede pública de ensino e até mesmo particular da cidade de Manaus, em Educação Inclusiva.

Apoema na Tecnologia Assistiva

O Projeto Apoema desenvolve e contempla a produção de materiais, livros, software e outros, voltados para o público com deficiência auditiva, visual, motora e mental.

Tapiri como elo de ligação empresarial

Com assessoria empresarial de apoio a empregabilidade da Pessoa com Deficiência, o projeto procura firmar parcerias com empresas para sensibilizar os empresários sobre a necessidade de contratação dessa mão de obra, devidamente qualificada para o mercado de trabalho.

EDUCAÇÃO E SUA LINGUAGEM CURRICULAR

A professora Cristina Palhares¹, afirma em seu artigo" Escola Inclusiva", que o modelo curricular aplicado nos últimos anos teve uma preocupação sem dúvida, com a socialização dos alunos, dos pais e dos professores.

"Stainback (1999, p. 15) infere que Inclusão significa acolher a todos os alunos, a todos os cidadãos, com braços abertos em nossas escolas e comunidades..."

É notório a cerca do pensamento dos autores citados a indicação clara de mudanças no curriculo quando se fala de inclusão. O conjunto das ideias pertinentes nos levam a vislumbrar que os modos de produção e preparação social, intelectual e acadêmica, devem sofrer imediatamente uma revisão, principalmente nos modelos de língua portuguesa, de formas que não tenhamos que esperar mais cinquenta anos a retomar o debate.

Assim sendo, afirma Tessaro (2005, p.43), que o debate da inclusão apareceu relativamente cedo no Brasil (anos 1960/70), mas, somente na década de 1980 é que começou a proliferar, quando foi criado, em 1986, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

Apesar de tudo isso, as Pessoas com Deficiência sofrem do mal da invisibilidade social, não no sentido das Políticas Públicas, mas, da convivência em si mesma. No Brasil, há a chamada lei de cotas onde na verdade, impõe o que deveria ser livre e voluntário, que é a aceitação natural da Pessoa com Deficiência. Nesse processo, aceitação geraria a inclusão que por sua vez, geraria o que estabelece a Constituição Federal do Brasil de 1988, a igualdade entre todos os cidadãos.

Contudo, os esforços ainda são pontuais e em alguns casos isolados. Freire (1999, p.4) opina que essa ruptura histórica só se efetivará quando a "tradição educativa secular" for quebrada, rompida, sob a intenção manifesta de se ocupar a pessoa humana, com a construção de um currículo que atenda suas necessidades humanas e sociais.

DINÂMICA CURRICULAR EXTRA-SALA

Dados da Organização das Nações Unidas – ONU, dizem que cerca de 30% dos meninos ou meninas de rua têm algum tipo de deficiência, e nos países em desenvolvimento como o Brasil, 90% das crianças com deficiência não frequentam a escola.

_

¹ Presidente da Delegação da ANEIS em Braga, Portugal.

A Declaração sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 9 de dezembro de 1975, preconiza o direito de acesso a escola por parte dessas crianças. Entretanto, no Brasil e quiçá no mundo, não é do conhecimento acadêmico, algum projeto de inclusão voltado a esse público, relegados e esquecidos em lugares comuns.

Dentro dessa dinâmica, José Ildo Swartele de Melo² escreve sobre Mefibosete, personagem descrito na Bíblia Sagrada, que nasceu num "berço de ouro" de um "palácio real", pois era neto do rei, filho do príncipe, que afirma o seguinte.

"Entretanto, uma tragédia se abateu sobre sua vida quando ele tinha apenas 5 anos de idade. A notícia da morte de Saul e de Jônatas chegou até a casa real; então, a babá de Mefibosete, temendo que o menino também fosse morto, o toma em seus braços e foge correndo, mas, na pressa, acaba tropeçando e deixando o menino cair. Na queda, Mefibosete despedaça os pés e fica deficiente. Agora, ele está órfão de pai e mãe. Perdeu a majestade, perdeu a saúde e vive escondido em um humilde povoado na casa de um bom homem chamado Maquir, que foi quem o amparou, adotando-o como filho " (2 Sm 4.4).

O impacto do texto acima está nos termos AMPAROU, ADOTOU, palavras que estão fora de moda na linguagem natural das pessoas. A falta dessas práticas desumaniza as pessoas, esfriam as Políticas Públicas de acolhimento e inserção social e descaracterizam os currículos escolares. Os currículos devem ser amparadores e adotivos em sua essência, com ensino fácil e metodologia inclusiva.

A resposta incisiva para essa indagação vem com Davi dando um exemplo de dinâmica curricular e sabendo que Mefibosete estava vivendo em exílio, pobre e deficiente, em um lugar insalubre, mandou seus funcionários irem atrás dele e a ordem era trazê-lo para que fosse educado, incluído de acordo com os princípios da realeza, mediante um pacto que fizera com seu pai Jônatas (2 Sm 9:3,4; 1 Sm 20:14,15). Falta espírito de nobreza na educação inclusiva, falta espírito de servidão.

Curupira vai à rua

Não é intenção de este artigo exaltar a figura do Projeto Curupira, mas, somente fazer menção das ações práticas do projeto em ir ao encontro das Pessoas com Deficiência tal como o personagem da história anteriormente citada.

-

Bispo da Igreja Metodista Livre, que escreve sobre Mefibosete, acedido abril 8, 2014, em http://www.metodistalivre.org.br/Artigos/artigos

Política Pública de inclusão, a proposta do projeto é levar, usar da determinante de ação, na conjugação mais simples do verbo "ir", a oportunidade de novos conhecimentos a PcD, professores, pais e sociedade em geral.

Característica do educador de rua

Alguns aspectos do perfil do Educador de Rua, segundo conclusões apresentadas no I Seminário Latino Americano sobre Alternativas Comunitárias para meninos de rua (FREIRE-1989, p.16):

Tabela 2: Aspectos e perfil do educador

Aspectos	Perfil
Sensível	É perceptível às causas das situações geradoras
Respeitador	Tem senso de ajuda mútua e está aberto a amizade gratuita
Avaliador	É flexível, capaz de reavaliar suas concepções e limitações
Estimulador	É aquele que estimula a ação participativa da comunidade
Líder	Ele trabalha com o grupo, em grupo, visando uma orgnização mais ampla
Comunicador	É aquele que não abafa as necessidades dos deficientes
Nunca sabe tudo	O educador de rua mantêm uma relação de troca no processo educativo

A presença do Educador Inclusivo no modelo do Projeto Curupira, configura-se na aplicação de novas dinâmicas curriculares para PcD, em razão da necessidade constatada no trabalho dia-a-dia, frente ao reconhecimento da ineficiência institucional repressora e isolada, na busca de um atendimento a esse contingente espoliado, filhos dos expropriados meios de produção (FREIRE-1989, p.14).

Currículo na Perspectiva da Educação Inclusiva - segundo Curupira

COMPONENTE CURRICULAR 1: Análise Integral da Inclusão – (CH – 20H)

EMENTA: Integração ou Inclusão; Terminologia para a deficiência; Histórico do Atendimento Educacional à Pessoa com Deficiência (PCD). Marcos Legais da Deficiência. Deficiência, Inclusão escolar e currículo funcional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Definições e Conceitos sobre inclusão e deficiência;

Constituição Federal, Convenção de Guatemala, Declaração de Salamanca, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;

Estratégias de Flexibilização, Adaptação curricular, procedimentos didático-pedagógicos e práticas alternativas.

Informações retiradas do relatório do ano de 2013, enviado ao Ministério da Educação, sobre os resultados da aplicação projeto nas cidades do interior e na capital.

COMPONENTE CURRICULAR 2: Docência: o encontro pedagógico do educador e a pessoa com deficiência (CH: 20H)

EMENTA: Autoconceito, Autoimagem e Autoestima; O docente e a docência; os desafios da docência; a questão da inclusão escolar; Visão geral do que é cada deficiência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Definições e conceitos: autoconceito, autoimagem e autoestima;

Componentes do autoconceito: avaliação, cognição e comportamento humano;

Dimensões fundamentais: self somático, self pessoal, self social e self ético-moral;

Representações da docência;

O professor frente ao processo de Inclusão Educacional.

Tipos de deficiência e o saber cuidar (habilidades sociais)

Informações retiradas do relatório do ano de 2013, enviado ao Ministério da Educação, sobre os resultados da aplicação projeto nas cidades do interior e na capital.

COMPONENTE CURRICULAR 3: Deficiência Visual (CH: 40H)

EMENTA: Recepção, condução e convivência com a pessoa com deficiência visual; Conceito de deficiência visual; Leitura e escrita para pessoas com cegueira; O raciocínio lógico-matemático; Instrumentos para o ensino da pessoa com cegueira; Audiodescrição.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Conceito de deficiência visual e classificações;

Conhecimentos básicos sobre algumas patologias;

Recursos ópticos e não-ópticos;

O processo de leitura e escrita para pessoas com cegueira- Braille (Português);

Informações retiradas do relatório do ano de 2013, enviado ao Ministério da Educação, sobre os resultados da aplicação projeto nas cidades do interior e na capital.

COMPONENTE CURRICULAR 5: Deficiência Auditiva e Surdez (CH: 60H)

EMENTA: A história da surdez; LIBRAS; A Estrutura da gramática em LIBRAS; O alfabeto; Teoria e Prática; A Libras e o discurso escrito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Aspectos Históricos e teóricos: história dos surdos, cultura e pedagogia surda.

Gramática: Aspectos Morfológicos, Sintáticos, semânticos e Pragmáticos da Língua Brasileira de Sinais.

Conceitos Básicos para realização da LIBRAS: Pessoais e familiares, de tempo, pronomes, números, para a Vida Diária, de termos tecnológicos e educacionais. Pontos de vista expressivos, configurações básicas de mãos, orientação da palma, grupos de mãos, símbolos de contato.

Informações retiradas do relatório do ano de 2013, enviado ao Ministério da Educação, sobre os resultados da aplicação projeto nas cidades do interior e na capital.

CONCLUSÃO

O debate sociológico contemporâneo sobre educação inclusiva e novas linguagens curriculares cria vertentes de estudos cujo tema faz separação da educação inclusiva da dita 'educação normal' como forma de segregação social. Ao fazê-la, as qualificações técnica e profissional tornam-se uma panacéia.

Abre-se caminho para pensar num currículo, onde estejam implícitas as adaptações curriculares que são consideradas estratégicas na forma de atuação dos docentes, nesta interligação do deficiente com o mundo acadêmico, buscando decisões que oportunizam adequar a ação educativa escolar às necessidades particulares de cada um.

Entende-se neste universo, a importância do professor enquanto mediador da aprendizagem no contexto da escola inclusiva, assim como fomentador de conceitos e metodologias a serem utilizados em seu labor a fim de fundamentar sua prática pedagógica e não só isso, mas, a aceitação pela sociedade como incentivo ao trabalho e emprenho de quem se propõe a estender as mãos aos deficientes.

Em suma, reconhecer na pessoa do deficiente um nobre que precisa ser respeitado, amparado e adotado, com vistas a alcançar a total integração, inserção e inclusão a que se lança. Com espírito de servidão por parte dos agentes envolvidos, deixando de lado suas egolatrias públicas e bairrismos denominacionais.

REFERÊNCIAS

Blog do Curupira – Web site. Acesso abril 7, 2014, em http://blogdocurupira.wordpress.com/o-projeto-curupira.

CANDAU, V. M. org. **Didática, currículo e saberes escolares.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A,2001.

FREIRE, Paulo. **Que fazer: teoria e prática em educação popular.** 5ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educadores de rua: uma abordagem crítica.** 1ª Ed. UNICEF: Editorial Gente Nueva, 1989.

LEONTIEV, A. (1978). O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa. Livros Horizonte, 1978.

Organização das Nações Unidas. A ONU e as pessoas com deficiência. Web site. Acedido abril 7, 2014, em http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/

STAINBACK, S., & STAINBACK, W. (Eds.) *Aulas inclusivas: un nuevo modo de enfocar y vivir el currículo* (Vol. 79). Narcea Ediciones, 1999.

TESSARO, N.S. Inclusão Escolar Concepções de Professores e Alunos da Educação Regular e Especial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.